Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIPPING

05 de JULHO 2018

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

COPA 2018

Servidores vão trabalhar 4 horas

Amanhã, dia que o Brasil enfrenta a Bélgica, o expediente nas repartições públicas do Estado será das 8 às 12 horas

Thiago Sobrinho

As repartições do governo do Estado funcionarão amanhã, dia em que o Brasil enfrenta a Bélgica às 15h, pelas quartas de final da Copa do Mundo, das 8h às 12h.

A medida, publicada hoje no Diário Oficial, exclui os órgãos e entidades que prestam serviços essenciais à população, em especial nas áreas de Saúde, Segurança Pública e Transporte, e os que desempenham suas funções em regime de escala ou que não admitem paralisação.

O decreto engloba toda a Rede Assistencial de Saúde, os Centros Regionais de Especialidades (CREs), os hospitais, os laboratórios, o Hemoes, os Hemonúcleos, as Farmácias Cidadãs e o Faça Fácil Cariacica. Todos esses órgãos terão funcionamento será normal.

Já nas prefeituras da Grande Vitória, enquanto algumas sabem em quais horários as repartições estarão abertas, a prefeitura da capital ainda não definiu o funcionamento durante o dia de amanhã.

Em Vila Velha, o expediente será das 8h às 13h. Na cidade canela-verde, as unidades básicas de saúde funcionarão no mesmo horário.

Contudo, o Hospital de Cobilândia e os prontos-atendimentos (PAs) funcionarão 24 horas.

No município da Serra, amanhã, as repartições atenderão o público das 7h às 12 horas. Em Viana, o expediente será das 9h às 13h. Já em Cariacica, das 8h às 13h.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) informou que o atendimento das unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário será das 8h às 13h.

Os ônibus do sistema Transcol vão funcionar em horário de dias atípicos. Nessa configuração, as ofertas de coletivos serão maiores que aos sábados, mas terão menos viagens que nos dias de semana.

Na educação pública, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) decidiu que cada escola definirá se terá ou não aula, desde que seja cumprido o calendário com 200 dias letivos.

As escolas particulares terão autonomia para decidir o horário de funcionamento.

Também amanhã, para quem decidir fazer compras no supermercado, deve ficar atento, pois os estabelecimentos fecharão de 15 a 30 minutos antes do início da partida e reabrirão no mesmo período de tempo após o jogo.

Os shoppings da Grande Vitória inciarão suas atividades, em sua grande maioria, a partir das 10 horas.

As demais informações podem ser conferidas na tabela abaixo.

ADEMIR RIBEIRO - 10/04/2015

PALÁCIO ANCHIETA: as repartições do Estado vão funcionar de manhã, mas os serviços essenciais não param

O QUE FUNCIONA AMANHÃ

Bancos

> SEGUNDO a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o expediente amanhã será das 9h às 13h.

Estado e prefeituras

Estado

> O EXPEDIENTE amanhã nos órgãos será das 8h às 12 horas.

Prefeituras

VITÓRIA

> AINDA não definiu o funcionamento das repartições para amanhã.

VILA VELHA

> EXPEDIENTE será das 8h às 13h.
> AS UNIDADES básicas de saúde funcionarão das 8 às 13h.
> O HOSPITAL de Cobilândia e os PAs funcionarão 24 horas.

SERRA

> O HORÁRIO DE ATENDIMENTO amanhã será das 7h às 12 horas

CARIACICA

> O FUNCIONAMENTO terá início às 8h e vai até as 13h.

VIANA

> O EXPEDIENTE será das 9h às 13 horas.

Tribunal de Justiça

> O ATENDIMENTO das unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado será das 8h às 13h.

Escolas

Estado

> A SEDU informa que fica a critério de cada escola decidir se vai ter aula ou não, desde que seja cumprido o calendário com 200 dias letivos.
> OS DIAS que faltarem deverão ser compensados por meio de reposição das aulas.

BETO MORAES - 10/04/18

SUPERMERCADOS: fecham antes da partida e reabrem após o fim do jogo

Municipais

VITÓRIA

> A DIREÇÃO das escolas definem junto ao Conselho de Escola os critérios do horário de funcionamento dos dias letivos.

VILA VELHA

> NÃO HAVERÁ aula no turno vespertino, porém, as escolas têm autonomia para junto ao seu conselho definir a rotina nos horários de jogos.

CARIACICA

> OS HORÁRIOS das aulas serão definidos pela direção das escolas.

SERRA E VIANA

> AS ESCOLAS possuem autonomia para deliberar junto à comunidade escolar a suspensão ou não das aulas em dias de jogos do Brasil.

PARTICULARES

> AS ESCOLAS têm autonomia para decidir o horário de funcionamento.
> ALGUMAS irão liberar os alunos do turno da manhã na hora do recreio, por volta das 9h30.
> NO TURNO vespertino, os alunos poderão ser liberados das aulas.

Lojas de rua

POLO DE MODA DA GLÓRIA

> NO ÚLTIMO jogo do Brasil à tarde, as lojas da Glória, em Vila Velha, abriram às 9h e fecharam às 14h.

TRIÂNGULO

> INTERDIÇÃO das 13h às 21h nas ruas João da Cruz, Joaquim Lírio, Selimo Vieira Gomes e Manoel Gonçalves Cameiro, na Praia do Canto.

SUPERMERCADOS

> A ACAPS, Associação Capixaba de Supermercados, informou que os estabelecimentos fecharão de 15 a 30 minutos antes do início da partida e reabrirão de 15 a 30 minutos após o encerramento do jogo.

ARQUIVO/AT

TRIBUNAL de Justiça: das 8 às 13h

Ônibus

> TODO O SISTEMA Transcol funcionará em horário de dias atípicos, que têm mais ofertas de coletivos que aos sábados e menos viagens do que nos dias úteis.

Shoppings

SHOPPING VITÓRIA

> AS LOJAS, estandes e praça de alimentação funcionam das 10h às 14h e, depois do jogo, das 18h às 22h.
> CASO HAJA prorrogação, vão reabrir às 19h e vão encerrar suas atividades às 22h.

SHOPPING JARDINS

> AS LOJAS do shopping localizado em Jardim da Penha, na Capital, abrem às 10h e fecham às 14h30. Elas reabrem após o fim do jogo e vão até as 22h. A praça de alimentação abre das 11h às 23h.

SHOPPING NORTE SUL

> O FUNCIONAMENTO das lojas do shopping, que fica em Jardim Camburi, em Vitória, será facultativo, ficando ao cargo de cada lojista o fechamento 20 minutos antes do jogo e abrindo 20 minutos após o término da partida.
> A PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO vai funcionar normalmente com televisões transmitindo o jogo.

SHOPPING VILA VELHA

> INICIARÁ as atividades às 10h e fechar às 14h30. Reabre das 17h30 até as 22h.

PRAIA DA COSTA

> LOJAS e quiosques do shopping, localizado na Praia da Costa, em Vila Velha, vão funcionar das 10h às 14h30 e reabrem 30 minutos após o término do jogo. A praça de alimentação funciona normalmente.

SHOPPING BOULEVARD

> FUNCIONAMENTO das lojas das 10h às 22h. É facultativo aos lojistas abrirem das 14h30 às 17h30.

SHOPPING MONTSERRAT

> O SHOPPING que fica na Serra terá suas lojas e praça de alimentação funcionando das 10h às 14h e depois das 18h às 22h.

SHOPPING MESTRE ÁLVARO

> LOJAS e quiosques do shopping que fica na Serra funcionarão das 10h às 14h e depois abrirão das 18h às 22h.

SHOPPING MOXUARA

> FUNCIONAMENTO das lojas e quiosques será das 10h às 14h no shopping que fica em Cariacica.
> APÓS O JOGO do Brasil contra a Bélgica, os estabelecimentos do shopping irão reabrir das 18h. As lojas e quiosques fecharão às 22h.

Fonte: Órgãos e empresas consultados.

REPORTAGEM ESPECIAL

Águas
Lagoas foram formadas em área particular na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha.
FOTO: Marcelo Prest

REPARO AMBIENTAL

Exploração de areia degradou solo e gerou 19 lagoas em Vila Velha; acordo quer criar reservatório gigante para abastecer Grande Vitória

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

Um acordo judicial pode garantir a utilização de um conjunto de 19 lagoas artificiais como reservação de água para os períodos de seca. Localizadas na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, elas foram criadas a partir da degradação ambiental ocasionada pela exploração de areia na região por mais de três décadas. Elas possuem um volume de 3,4 bilhões de litros de água, o suficiente para garantir o abastecimento de 64% da Grande Vitória por nove dias.

Estudos preliminares realizados pela Cesan, concessionária responsável pelo abastecimento, indicam que a água pode ser utilizada para o consumo humano. E mais, que a capacidade de armazenamento das lagoas pode aumentar com algumas intervenções, como a interligação entre elas ou mesmo a criação de um grande lago. Ações que poderiam fazer com que o volume chegasse a 8,4 bilhões de litros de água.

Este total é mais de um terço do armazenamento de água previsto para a Barragem Jucu Braço Norte, que será construída na divisa dos municípios de Viana e Domingos Martins. O volume previsto para esta barragem é de 22 bilhões de litros de água. Uma obra cuja expectativa de conclusão é 2020.

A proposta de utilização das lagoas como reservação surgiu dentro de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual em 2016, contra as empresas que são proprietárias ou exploram a retirada de areia, e ainda contra o Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema). Acompanham o assunto os promotores Gustavo Senna e Nícia Regina Sampaio.

A ação foi iniciada em decorrência da degradação ambiental da região e da falta de fiscalização por parte do Iema, explica o promotor. "No curso do processo, um técnico do Iema levantou a possibilidade de uso das lagoas para o abastecimento. Diante da crise hídrica, avaliamos que o ganho para a coletividade seria inestimável e temos trabalhado para viabilizar o acordo judicial entre as partes", relatou Senna.

A área ocupada pelas lagoas é de cerca de 98 hectares, o que equivale a 98 campos de futebol. Elas estão localizadas a uma distância aproximada de um quilômetro e meio do Rio Jucu. Ele é o principal responsável pelo abastecimento das populações de toda a Vila Velha, de grande parte de Cariacica e Viana e de toda a ilha de Vitória, totalizando 64% da população da Grande Vitória.

Se o acordo for viabilizado, explica o promotor, o Estado não vai desembolsar quase nada pela área ou mesmo pelas obras que vão ser necessárias para viabilizar a interligação das lagoas ou a criação do lago, além dos estudos e o projeto.

De forma geral, acrescenta Senna, a maior parte da área acabaria sendo cedida pela empresa Jaguarussu Areal. A Parsec Empreendimentos, que possui outra parte da área, e a Transporterra Extração e Comércio, que possui os direitos de exploração da areia, se encarregariam dos estudo e projetos para viabilizar o uso das lagoas para a reservação de água.

O que está sendo acordado, explica ainda o promotor, é uma compensação pelo danos ambientais decorrentes da extração de areia há mais de três décadas. A audiência acontece na tarde de hoje, na Vara da Fazenda Estadual, em Vila Velha.

A convite da Associação Barrense de Canoagem a nossa equipe fez sobrevoo das lagoas, o que permitiu a imagens presentes nesta reportagem.

AÇÃO

"Uma reunião de esforços se faz necessária quando se trata de crise hídrica. O caminho adotado pelo MP é o do consenso, em prol da coletividade"

GUSTAVO SENNA
PROMOTOR

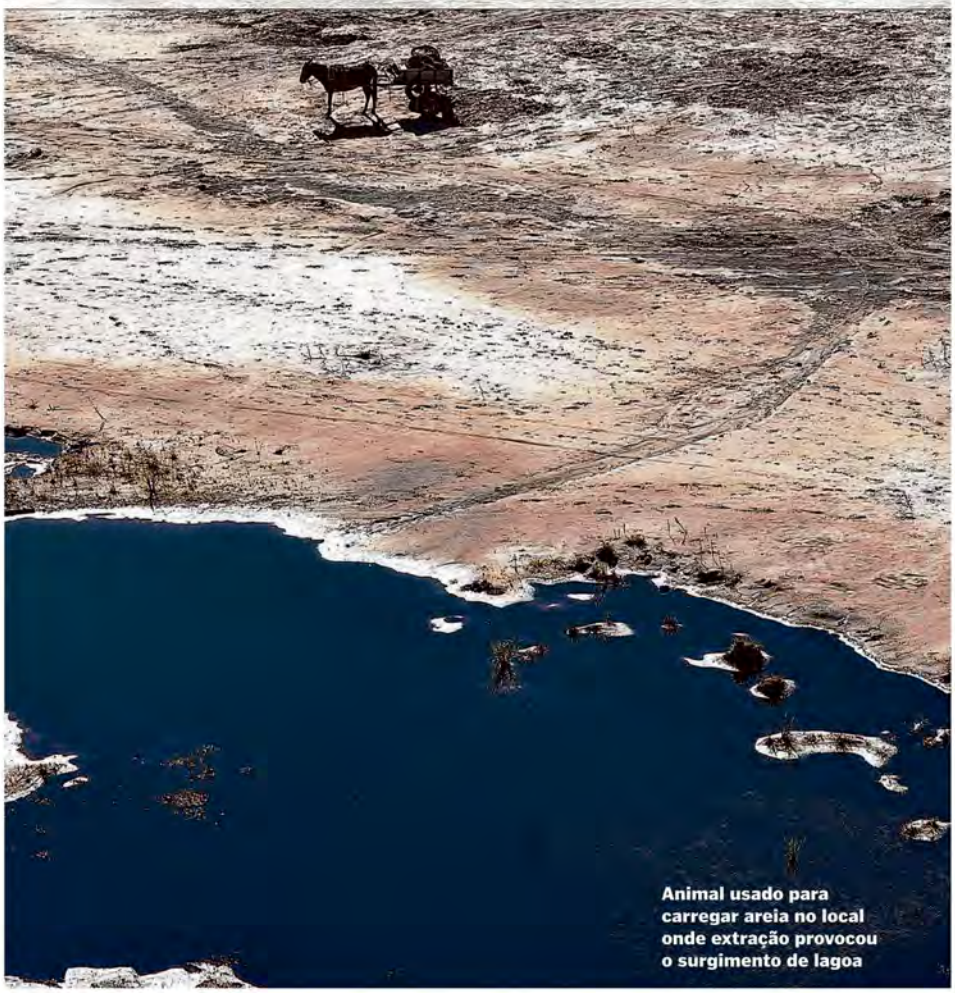
MARCELO PREST

Imagem aérea flagrou homem retirando areia

REPORTAGEM ESPECIAL

FOTOS: MARCELO PREST

PREOCUPAÇÃO COM QUALIDADE DA ÁGUA



Animal usado para carregar areia no local onde extração provocou o surgimento de lagoa

Acordo prevê que empresas restaurem mananciais; extração de areia foi proibida

VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

Além da reservação de água, a incorporação da área das lagoas ao patrimônio do Estado permitirá a criação de uma Área de Preservação Permanente (APP). Para isso está sendo estabelecido no acordo judicial que as empresas – donas da área e as que exploram – façam a recuperação da região do entorno dos mananciais, como relata o procurador do Estado, Alexandre Tatagiba de Oliveira. "A APP é fundamental para a manutenção da qualidade da água", acrescentou.

Fato também destacado por Paulo Roberto Nonnenmacher, geólogo do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema). Ele avalia que a opção que está sendo acordada é a melhor alternativa para compensar o dano ambiental causado à região em mais de três décadas de exploração de areia. "Não existe outra solução para a destinação do local. Desta forma, podemos aliar mais uma solução para a crise hídrica e ainda termos a recuperação de uma área degradada", assinala.

De acordo com Paulo, em no máximo dois meses será possível liberar o licenciamento ambiental para que a empresa que explora a área onde estão localizadas as 19 lagoas possa começar a atuar com a recuperação.

Ele explica que a exploração de areia está paralisada por falta de licenciamento, uma vez que o processo de liberação dependeria de projetos de destinação futura da área das lagoas.

Com a liberação, a Transporterra Extração e Comércio, que detém os direitos de exploração de areia no local e que possui dois pedidos de licenciamento paralisados, poderia continuar atuando. "Esta retirada de terra é que garantiria o aprofundamento das lagoas e aumentaria a capacidade de armazenamento. Projeto que será acompanhado pelo Iema", relatou.

A mesma retirada de terra também permitirá a criação de interligação entre as lagoas, o que não existe hoje. Já a ligação das lagoas com o Rio Jucu, por intermédio de um canal, seria um projeto a ser desenvolvido pela Cesan, explicou o geólogo.

O procurador do Estado relata que foram realizadas diversas audiências de conciliação e que há boas chances do acordo ser finalizado na tarde de hoje.

FATO

"O que está sendo proposto é o melhor uso para as lagoas, por garantir reservação hídrica e recuperação de área degradada"

PAULO ROBERTO NONNENMACHER
GEÓLOGO DO IEMA

Fotos aéreas mostram região das lagoas formadas após retirada de areia

Cesan diz que vai fazer estudos

A utilização das lagoas como apoio ao sistema de abastecimento da Grande Vitória, pela Cesan, ainda vai demandar a realização de estudos e projeto técnico. "Mas posso adiantar que não é nada que exija alta complexidade ou grande investimentos. E temos o maior interesse de que sua implementação aconteça de forma rápida", destacou Amadeu Wetler, diretor-presidente da empresa.

Na avaliação dele, as lagoas podem servir como um "pulmão emergencial". Até que a Barragem Jucu Braço Norte seja concluída, elas podem dar um suporte ao Rio Jucu. Quando o barramento ficar pronto, elas também poderão atuar como apoio, permitindo, por exemplo, a liberação de uma quantidade menor de água da barragem. "Quando o assunto é reservação de água, quanto mais, melhor", pondera Amadeu.

Ele destaca que o volume de água das lagoas, somada ao total que será armazenado pela Barragem do Jucu totalizará mais de 26 bilhões de litros de água destinada somente o Rio Jucu.

FUTURO

"Quando o assunto é reservação de água, quanto mais, melhor. E temos o maior interesse em que a implementação do projeto aconteça de forma rápida"

AMADEU WETLER
PRESIDENTE DA CESAN

CONVIDADA

A Cesan não faz parte da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual e que deu origem ao acordo, mas foi convidada a participar por ser a responsável pelo abastecimento da Grande Vitória. Foi o estudo realizado pelos técnicos da empresa que apontou que as águas da lagoa, com tratamento adequado, podem ser utilizadas para o consumo humano. "Nossa preocupação inicial era com a qualidade da água. Um dos problemas, por exemplo, era a proximidade de como uma área que tinha abrigado um lixão", relata o presidente.

Fato que foi superado com os exames realizados pela empresa e que sinalizaram que, com tratamento, é possível utilizar a água dos manaciais.

De acordo com Amadeu, para utilizar a água das lagoas será preciso construir um canal fazendo a conexão com o Rio Jucu, o que permitiria até mesmo a troca da água da lagoa com o rio. "Aproveitaríamos o próprio relevo da região", explica.

No sentido contrário, para levar a água das lagoas para o abastecimento, será necessário construir uma adutora, que levaria o líquido para uma estação de tratamento, antes de ser destinada ao abastecimento das cidades. "Também precisamos realizar alguns estudos para saber que tipo de tratamento será necessário aplicar àquelas águas", diz o diretor-presidente da Cesan. Uma equipe da empresa participa hoje da audiência.

Empresa: avaliação da contrapartida

A Parsec Empreendimentos é uma das empresas que detém a posse de parte da área onde houve a exploração de areia e que resultou na formação das lagoas. A advogada da empresa, Isabela Igreja Rosa da Silva, relata que há um interesse empresarial na homologação do acordo. "Queremos apenas avaliar o que será apresentado e exigido como contrapartida", explicou.

Ela pondera que o acordo é benéfico para o município, Estado, população e empresas. "O que está sendo discutido é a compensação pela utilização dos recursos ambientais, e que tem que ser compensado de alguma forma. quando a Parsec comprou a área, herdou o passivo ambiental. O que esperamos é que sejas autorizadas as suas atividades de exploração turística na lagoa hoje em sua propriedade", relata.

Segundo Isabela, a empresa já entrou com pedido de licenciamento ambiental junto à Prefeitura de Vila Velha para explorar o turismo na região. Nele está incluído um Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad).

Nossa equipe tentou entrar em contato com as demais empresas envolvidas no processo: a Jaguarussu Areal, proprietária da maior parte da área onde houve o afloramento das lagoas, e a Transpoterra Comércio e Transporte, que detém os direitos de exploração de areia na área que pertence à Jaguarussu. Os advogados das duas empresas não atenderam ou retornaram as ligações da reportagem.

ENTENDA

LAGOAS

Área
Juntas as 19 lagoas ocupam uma área de 98 hectares na região da Grande Terra Vermelha, em Vila Velha. O espaço equivale a uma área de 98 campos de futebol.

PROPRIEDADE

Empresas
A maior parte da área das lagoas pertence a empresa Jaguarussu Areal. São quase 70 hectares que tem sido alvo de exploração de areia há mais de três décadas. Atualmente os direitos de exploração estão com a Transpoterra Comércio e Transporte, cujos pedidos de licenciamento foram suspensos pelo Iema.

OUTRA

Parte
Uma outra parte da área pertence a empresa Parsec Empreendimentos e Comércio. São pouco mais de 11 hectares.

MARCELO PREST

Vista aérea de lagoas formadas na região de Terra Vermelha, próximo ao Rio Jucu

CESSÃO

Estado
O acordo prevê que as áreas das empresas sejam cedidas para o Estado. As empresa, incluindo a que faz a exploração da areia, terão ainda que fazer os projetos de interligação das lagoas e recuperação das áreas do entorno, que permitirão a criação de uma Área de Preservação Permanente (APP).

VOLUME

Água
Juntas as lagoas armazenam hoje 3,4 bilhões de litros de água. A expectativa é de que, com a interligação entre elas o seu aprofundamento, possam acumular um total de 8 bilhões de litros de água.

DISTÂNCIA

Do rio
As 19 lagoas estão a uma distância de um quilômetro e meio do Rio Jucu. Um canal faria a interligação entre eles.

CRIAÇÃO

Lago
Uma das prosposta para as lagoas e á formação de um grande lago, unificado todas as lagoas.

RESERVAÇÃO

Rio Jucu
Além das lagoas, com 3,4 bilhões de litros de água, será construída a Barragem do Rio Jucu Braço Norte, com mais 22 bilhões de litros de água. Juntas elas vão garantir uma reservação de água para a população atendida pelo rio Jucu de quase 26 bilhões de litros de água.

GAZETA ONLINE
www.gazetaonline.com.br

VÍDEO
Assista aos vídeos do sobrevoo à área das lagoas.
leia.ag/lagoas

VEJA ONDE FICAM AS LAGOAS

As 19 lagoas possuem um volume de **3,4 bilhões de litros de água**, o suficiente para garantir o abastecimento de **64% da Grande Vitória** por nove dias

GIRO RÁPIDO

Pastores são convocados na CPI

Georgeval Alves e Juliana Sales, casal de pastores presos pela morte de Joaquim Alves Sales, de 3 anos, e Kauã Sales Butkovsky, 6, em Linhares, em 21 de abril deste ano, serão convocados para serem ouvidos na CPI dos Maus Tratos.

De acordo com a secretaria da CPI, eles podem ficar frente à frente até o próximo dia 17, antes do recesso do Senado (Brasília). A reunião hoje definirá data.

MAURÍCIO PRATES

www.mauricioprates.com.br | emeprates@uol.com.br

Entrave na ponte

Uma decisão judicial impedindo que haja aumento na tarifa de pedágio para realização de qualquer investimento é o que trava a implantação da barreira metálica na Terceira Ponte. De acordo com estudos da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (Arsp), a estrutura custaria cerca de R$ 13 milhões. Para solucionar o embate, o deputado Marcelo Santos sugere que grandes empresas multinacionais assumam os custos, em parcerias público-privadas.

* * *

AÇÃO DE IMPROBIDADE

Vereadora de Linhares acusada de rachid é afastada por mais seis meses

Justiça determinou bloqueio dos bens e desconto do salário de Rosinha Guerreira

NATALIA DEVENS
ncosta@redegazeta.com.br

REPRODUÇÃO/FACEBOOK DE ROSINHA GUERREIRA

Rosinha estava afastada do cargo desde março

A vereadora de Linhares Rosa Ivânia Euzébio dos Santos, a Rosinha Guerreira (PSDC), afastada do cargo desde 5 de março deste ano, vai ter que permanecer fora da função por mais seis meses.

A determinação foi por uma decisão liminar referente a uma ação de improbidade administrativa na qual Rosinha é acusada de rachid, quando o parlamentar se apropria dos salários dos servidores que atuam em seu gabinete. A Justiça determinou que ela também tenha os bens bloqueados e sofra um desconto de 30% no salário, conforme antecipou ontem a coluna Vitor Vogas.

A vereadora já estava sofrendo o desconto e afastada do cargo desde março, pois também responde a uma ação criminal referente ao caso, após ter sido alvo da Operação "Salário Amigo", em fevereiro. Ela chegou a ficar presa por quatro dias.

De acordo com a denúncia, havia um esquema criminoso em que os servidores comissionados separavam até R$ 1,6 mil de seu salário para dar à vereadora, que destinava os recursos para o diretório de seu partido, o PSDC.

A reportagem não conseguiu contato com Rosinha Guerreira e com seu advogado, mas eles não atenderam as ligações.

ANTONIO COSME - 10/12/2010

GRATZ exibe a Constituição: ex-deputado foi beneficiado por decisão da Justiça e já está em casa

Após 225 dias, Gratz deixa penitenciária em Viana

Condicional foi dada porque ex-parlamentar teve duas absolvições e já cumpriu 3 anos de prisão por crimes pelos quais foi inocentado

Brunella França

Preso desde o dia 21 de novembro na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana, o ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz recebeu o benefício da liberdade condicional e foi solto na tarde de ontem, após 225 dias. A decisão foi do juízo da Vara de Execuções Penais de Viana. Gratz cumpria pena de 5 anos e meio de prisão pelo crime de peculato (desvio de dinheiro por funcionário público) nos casos "Terva Pitanga", "Caso Seguro da Assembleia Legislativa" e "Esquema Beija-flor", ocorridos entre 1997 e 2001.

A defesa do ex-deputado explicou que a condicional foi possível porque, no ano passado, Gratz conseguiu duas absolvições no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), somando três anos de pena em regime fechado já cumprida.

"É o que chamamos de detração de pena. O tempo de pena já cumprido em um processo no qual houve posterior absolvição pode ser abatido em processos pelos quais se esteja cumprindo pena. Em fevereiro, a medida foi concedida e a saída para a condicional ficou marcada para julho", explicou o advogado Luiz Alfredo Mello.

O ex-parlamentar foi denunciado pelos crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro. O STJ, porém, reconheceu que o crime de formação de quadrilha prescreveu e o absolveu da acusação de lavagem de dinheiro.

O julgamento da ação penal aconteceu em setembro de 2016. Na denúncia ajuizada em 2003, o Ministério Público Federal (MPF) apontou a existência de um esquema de fraude na contratação do seguro de vida dos parlamentares capixabas, que teria sido iniciada na década de 1990.

A ação teve como base um relatório da Receita Federal que revelou a existência de pagamentos da Casa de Leis a uma seguradora no total de R$ 7,68 milhões entre janeiro de 2000 a março de 2003.

Na sequência, a empresa teria distribuído cerca de R$ 5,37 milhões a quatro corretoras.

Gratz e os sócios de uma das corretoras de seguros foram considerados responsáveis pelas supostas irregularidades no acordo.

ENTENDA O CASO

Liberdade condicional

> **EX-PRESIDENTE** da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz foi solto em liberdade condicional na tarde de ontem por ordem da Justiça. Ele estava preso na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana.

> **A CONDICIONAL** foi concedida pelo juízo da Vara de Execuções Penais de Viana em virtude de duas absolvições que Gratz conseguiu ao longo do ano passado, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

> **ELE HAVIA** cumprido 3 anos de prisão pelos crimes que foi absolvido. Por isso, sua defesa conseguiu a chamada detração da pena.

> **O EX-DEPUTADO ESTADUAL** cumpria pena por peculato (desvio de dinheiro de dinheiro público) desde novembro do ano passado, após 28 dias foragido. Ele havia sido condenado a 5 anos e meio de prisão pelo STJ.

Acusações

> **DE ACORDO** com o Ministério Público Federal, a Assembleia Legislativa contratou, de maneira superfaturada, o seguro de vida para os parlamentares capixabas.

> **A CONTRATAÇÃO** teria começado na gestão de Valci Ferreira – conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado – e continuado na de José Carlos Gratz.

> **AINDA SEGUNDO** a denúncia, parte do valor dos contratos era repassado para os envolvidos no esquema.

Fontes: STJ, MPF e Sejus.

REPRODUÇÃO DE TV - 28/04/2017

GRATZ é escoltado para depor

GIRO RÁPIDO

Troca de guarda de animal é suspensa

O desembargador Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, da 2ª Câmara de Direito Privado de São Paulo, concedeu liminar para que um cachorro continue com uma das partes até o julgamento de recurso.

A sentença de primeira instância determinou a entrega do animal, mas a outra parte recorreu, pleiteando a guarda.

ANIMAL de estimação: laço afetivo

Ação para evitar demolição de quiosques em Vila Velha

Jéssica Trucat

A Prefeitura de Vila Velha se reuniu ontem à tarde com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Associação dos Quiosqueiros das praias de Itapuã e Itaparica e com a Justiça Federal para buscar reverter a sentença judicial que determina a demolição dos 46 quiosques na orla das praias.

Segundo o procurador-geral da Prefeitura de Vila Velha, José de Ribamar Lima Bezerra, foi apresentado o projeto básico que visa à requalificação do espaço urbano da orla.

"Tentamos debater se haveria a chance de aceitar uma proposta de revitalização. Apresentamos a intenção do município de restaurar a orla com o projeto básico", conta.

De acordo com Ribamar, a Justiça Federal entendeu a necessidade de encaminhar o pedido ao Ministério Público Federal (MPF).

"Vamos adotar procedimentos para definir um cronograma de cumprimento da decisão e enviar formalmente ao MPF em forma de proposta de acordo, com o objetivo de dar cumprimento à decisão judicial", complementa.

BETO MORAIS - 24/05/2018

QUIOSQUES EM VILA VELHA: ações buscam reverter sentença judicial que determina a demolição dos 46 quiosques na orla das praias

INQUÉRITO DA ODEBRECHT

STF sem data para rever caso Ferraço

Apesar do arquivamento do inquérito contra tucano, há recurso da PGR pendente na Corte

NATALIA DEVENS
ncosta@redegazeta.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não tem previsão de julgar o recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) que questionou o arquivamento do inquérito contra o senador Ricardo Ferraço (PSDB), instaurado a partir da delação da Odebrecht. O tucano era investigado pelo suposto recebimento de contribuição de campanha não declarada à Justiça, o que configuraria crime de falsidade ideológica eleitoral.

Em decisão do dia 6 de junho, o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu que nos autos não havia elementos suficientes para o oferecimento da denúncia e determinou o arquivamento do inquérito, uma vez que o Ministério Público Federal (MPF) não apresentou um posicionamento conclusivo sobre o caso.

No entanto, no dia 27 do mesmo mês, a PGR decidiu recorrer, solicitando que fosse reconsiderada a decisão de arquivamento e determinado o envio à Justiça Eleitoral do Espírito Santo. Como o STF entrou em recesso no dia 2 de julho e só voltará aos trabalhos em 1º de agosto, neste mês todos os processos que chegam no tribunal vão direto para a mesa da presidente, Cármen Lúcia, que só julgará questões "urgentes".

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Ferraço foi investigado após delação da Odebrecht

Sobre o caso Ferraço, o STF respondeu, por nota, que ainda não há decisão referente ao agravo regimental interposto pelo Ministério Público. "Teremos que aguardar eventual pronunciamento do ministro sobre esse pedido do MPF. Se o caso for dirigido à Turma, só teremos julgamento do caso a partir de agosto." A PGR também esclareceu que não houve há novas manifestações da Procuradoria-Geral sobre o assunto.

OUTRO LADO

Ferraço sempre negou as acusações de recebimento de caixa dois, realizadas na delação dos executivos Sérgio Neves e Benedicto Júnior. Procurado pela reportagem, o senador não deu retorno sobre o caso.

Na semana passada, após a apresentação do recurso da PGR, criticou a medida. "O Ministério Público teve 15 meses para me investigar e não provou nada. Está fazendo conversa fiada".